

## Gabinete da Prefeita

**Lei n.º 1.028, de 17 de janeiro de 2025.**

**Dispõe sobre a contratação de plano de saúde para os servidores e vereadores da Câmara Municipal de Formosa-GO.**

**Projeto de Lei Ordinária n.º 3/25**, de autoria do Poder Legislativo, aprovado em 14 de janeiro de 2025.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE FORMOSA**, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República e Lei Municipal n.º. 01/90, de 05 de abril de 1.990 – Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Formosa, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a Câmara Municipal de Formosa a realizar a contratação de plano de saúde coletivo para seus servidores efetivos e comissionados, vereadores e respectivos dependentes, viabilizando condições especiais para a adesão.

**Art. 2º** O objetivo desta Lei é oferecer aos servidores e vereadores da Câmara Municipal e seus dependentes a oportunidade de acesso a um plano de saúde coletivo a custos reduzidos, por meio de contratação coletiva, assegurando benefícios financeiros e qualidade na assistência à saúde.

**Art. 3º** A contratação do plano de saúde será realizada com observância dos seguintes critérios:

**I** - adesão voluntária: a participação no plano será facultativa, de acordo com o interesse individual do servidor ou vereador;

**II** - custeio pelos servidores e vereadores: o servidor ou vereador que optar pela adesão arcará integralmente com o custo das mensalidades e taxas do plano;

**III** - desconto em folha: os valores correspondentes às mensalidades serão descontados diretamente na folha de pagamento do servidor ou vereador, mediante autorização expressa e formal;

**IV** - sem ônus para a Câmara Municipal: todas as despesas relacionadas ao plano de saúde serão de responsabilidade dos servidores ou vereadores aderentes, sem qualquer custo ao orçamento público.

**Art. 4º** A escolha da operadora de plano de saúde será realizada por meio de processo licitatório ou por chamamento público, observando:

**I** - a seleção de operadora devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);

**II** - a oferta de condições vantajosas, incluindo valores acessíveis e ampla cobertura assistencial;



## Gabinete da Prefeita

**Lei n.º 1.028, de 17 de janeiro de 2025.**

**III** - garantia de que o contrato respeite a legislação vigente sobre saúde suplementar.

**Art. 5º** A Câmara Municipal atuará como mediadora administrativa no processo de contratação coletiva, limitando-se a:

**I** - firmar o contrato coletivo com a operadora de plano de saúde escolhida;

**II** - divulgar informações aos servidores e aos vereadores sobre o plano contratado;

**III** - realizar os descontos autorizados em folha de pagamento para repasse à operadora.

**Art. 6º** O contrato firmado entre a Câmara Municipal e a operadora de plano de saúde não estabelecerá vínculo direto entre o ente público e os prestadores de serviços de saúde.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Formosa, Gabinete da Prefeita, em 17 de janeiro de 2025.

**SIMONE DIAS RIBEIRO DE MELO**  
**Prefeita Municipal**

Afixado no "placard" de publicidade.  
E encadernado em livro próprio.  
Data supra

Iany Macedo Troncha  
Superintendência Executiva de Legislação,  
Atos Oficiais e Assuntos Técnicos  
Decreto n.º 04, de 02 de janeiro de 2025.